EXERCÍCIOS MUSEAIS COM O PATRIMÔNIO UNIVERSITÁRIO DA UFRGS:

AÇÕES EM PROL DA PRESERVAÇÃO E DIVULGAÇÃO
DE ACERVOS DE CARÁTER MUSEOLÓGICO

ANA CAROLINA GELMINI DE FARIA, UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, PORTO ALEGRE, RIO GRANDE DO SUL, BRASIL

Docente da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Museóloga (UNIRIO), mestre e doutora em Educação (UFRGS). Coordenadora do programa de extensão "Museologia na UFRGS: trajetórias e memórias" e do projeto de pesquisa "O campo dos Museus Brasileiros: uma História dos Museus a partir da atuação de seus agentes". É membro do grupo de pesquisa do CNPq "Escritas da história em museus: objetos, narrativas e temporalidades" e do "Grupo de Estudos em Memória, Museus e Patrimônio" (GEMMUS). E-mail: carolina.gelmini@ufrgs.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0727-9991>

ANA CELINA FIGUEIRA DA SILVA, UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, PORTO ALEGRE, RIO GRANDE DO SUL, BRASIL

Docente da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Historiadora e museóloga, mestre em Ciência Política e doutora em História pela UFRGS. Coordenadora do projeto de extensão "Gestão de Acervos Museológicos da UFRGS" e membro do grupo de pesquisa do CNPq "Grupo de Estudos em Memória, Museus e Patrimônio" (GEMMUS). E-mail: ana.celina@ufrgs.br

DIOGO SANTOS GOMES, UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, PORTO ALEGRE, RIO GRANDE DO SUL, BRASIL

Discente da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (FABICO) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atua como bolsista do programa de extensão "Museologia na UFRGS: Trajetórias e Memórias". Também é bolsista voluntário do projeto de pesquisa "O campo dos Museus Brasileiros: uma História dos Museus a partir da atuação de seus agentes". E-mail: diogo.gomes200018@gmail.com

DOI

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v15i30p321-347>

RECEBIDO

29/06/2020

APROVADO

10/12/2020

EXERCÍCIOS MUSEAIS COM O PATRIMÔNIO UNIVERSITÁRIO DA UFRGS: AÇÕES EM PROL DA PRESERVAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE ACERVOS DE CARÁTER MUSEOLÓGICO

ANA CAROLINA GELMINI DE FARIA, ANA CELINA FIGUEIRA DA SILVA, DIOGO SANTOS GOMES

RESUMO

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) tem sua história iniciada em 1895, com a fundação dos que viriam a ser seus primeiros cursos, e é formulada enquanto universidade em 1934, com o nome de Universidade de Porto Alegre. Sua federalização ocorreu em 1950, passando à esfera administrativa da União. Se considerarmos a data de fundação das primeiras formações, temos 125 anos de história da educação no sul do Brasil. Essa trajetória se faz presente em documentos escritos, mas também na cultura material vinculada à UFRGS. Como pensar a preservação, pesquisa e promoção dos objetos que evocam essa história? A formação em Museologia da UFRGS tem buscado estratégias de gestão desse acervo, bem como de difusão do conhecimento produzido a partir dessas evidências materiais móveis. No artigo, três experiências são compartilhadas – o programa de extensão “Museologia na UFRGS: trajetórias e memórias”; o projeto “Gestão de acervos museológicos da UFRGS”; a disciplina eletiva “Tópicos especiais em pesquisa museológica da graduação em Museologia” – para refletirmos sobre a musealidade dos acervos que podem vir a se tornar musealias em salvaguarda da Universidade. Observou-se que a Universidade possui um vasto patrimônio cultural sob sua tutela, mas há ainda um longo processo museal para se tornarem musealias. Conclui-se que há a necessidade de interlocução e articulação entre as áreas do conhecimento, bem como a construção e consolidação de políticas setoriais para a difusão da produção científica e cultural presente na UFRGS por meio de seu patrimônio cultural universitário móvel.

PALAVRAS-CHAVE

Museologia, Acervo museológico, Patrimônio universitário, Documentação museológica.

MUSEAL EXERCISES WITH UFRGS UNIVERSITY HERITAGE: ACTIONS FOR THE PRESERVATION AND DISSEMINATION OF COLLECTIONS OF A MUSEOLOGICAL CHARACTER

ANA CAROLINA GELMINI DE FARIA, ANA CELINA FIGUEIRA DA SILVA, DIOGO SANTOS GOMES

ABSTRACT

The Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS) has its history started in 1895 with the creation of what would become their first courses, formulated as a university in 1934, named the University of Porto Alegre. Its federalization occurred in 1950, passing to the administrative sphere of the Union. If we consider the date of foundation of the first formations, we have 125 years of history of education in southern Brazil. This trajectory is present in written documents and in the material culture linked to UFRGS. How to preserve, research and promote objects that evoke this history? The qualification in Museology of UFRGS has sought management strategies of this collection to disseminate the knowledge produced by such mobile material evidence. This article thus shares three experiences: the Museology extension program at UFRGS: trajectories and memories; the UFRGS Museological Collection Management project; and the elective class Special Topics in Museological Research of the undergraduate course in Museology – to reflect on the museum nature of the collections that may become musealia to safeguard the university. The University was shown to have a vast cultural heritage under its tutelage, but the pathway to become musealias is still long. There is a need for interlocution and articulation between areas of knowledge, as well as the construction and consolidation of sectorial policies to disseminate scientific and cultural production present at UFRGS through its mobile university cultural heritage.

KEYWORDS

Museology, Museum collection, University heritage, Museum documentation.

1 OBJETOS DE UMA UNIVERSIDADE: MUSEÁLIAS? ITINERÁRIOS MUSEOLÓGICOS

A educação é um dos pilares da sociedade. As universidades, nesse contexto, são instituições responsáveis pela produção, preservação e difusão dos conhecimentos da humanidade. Sua história está vinculada à trajetória humana. No Brasil, a junção de faculdades isoladas ocorreu somente no século XX, sendo o último país americano a criar uma universidade. A primeira universidade considerada moderna, fundamentada no tripé ensino-pesquisa-extensão, foi a Universidade de São Paulo (USP), criada em 1934 (HUMEREZ; JANKEVICIUS, 2015).

Nesse mesmo ano, foi criada a Universidade de Porto Alegre, integrada inicialmente pelas Escola de Engenharia, com os Institutos de Astronomia, Eletrotécnica e Química Industrial; Faculdade de Medicina, com as Escolas de Odontologia e Farmácia; Faculdade de Direito, com sua Escola de Comércio; Faculdade de Agronomia e Veterinária; Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e pelo Instituto de Belas Artes (UNIVERSIDADE FEDERALE DO RIO GRANDE DO SUL, s.d.). Em 1947, a universidade passou a ser chamada Universidade do Rio Grande do Sul e, em 1950, foi federalizada, tornando-se a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) (UNIVERSIDADE FEDERALE DO RIO GRANDE DO SUL, s.d.). Atualmente a UFRGS conta com uma área de mais de 22 km² distribuída em

diversos *campi*. Até 2019, possuía 97 cursos presenciais, 5 cursos à distância, 170 pós-graduações *lato sensu*, 84 mestrados, 8 mestrados profissionalizantes e 74 doutorados (UNIVERSIDADE FEDERALE DO RIO GRANDE DO SUL, 201[9?]). Ou seja, a memória da UFRGS encontra-se no processo de criação e funcionamento dessas formações e cabe o exercício de interpretar a cultura material vinculada à história da educação produzida nesse espaço.

Em 2008 foi criado o curso de graduação em Museologia da UFRGS e, em 2017, foi credenciado o Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da mesma universidade. Os profissionais envolvidos com as respectivas formações passaram a se atentar às políticas de preservação e difusão do patrimônio universitário. Ressalta-se que em 2011 foi fundada a Rede de Museus e Acervos Museológicos (Remam/UFRGS), que tem por propósito articular os espaços coletivos de memória da Universidade. Por se configurar enquanto rede, o movimento é de livre adesão – tendo o registro, no catálogo oficial da Remam em 2014, de 26 membros (SOUZA; FAGUNDES; LEITZKE, 2014).

Esse artigo se propõe a debater se, no âmbito da UFRGS, o processo de musealização é identificado a partir do patrimônio cultural móvel, potencializando os objetos enquanto museália. Destaca-se que em muitas unidades temos a realidade da cultura material de caráter museológico ser inventariada pelo controle patrimonial da Pró-Reitoria de Planejamento e Administração da UFRGS (Proplan/UFRGS), mas não na perspectiva museológica. Para a reflexão proposta, apresentaremos três iniciativas organizadas pela Museologia da UFRGS: 1) o programa de extensão Museologia na UFRGS: trajetórias e memórias, uma ação piloto que tem por desafio localizar e gerenciar o acervo de uma formação em específico; 2) o projeto Gestão de Acervos Museológicos da UFRGS, que se propõe a trabalhar em diálogo com outros institutos para planejar a difusão dos acervos de caráter museológico na perspectiva da documentação museológica; 3) a disciplina eletiva Tópicos Especiais em Pesquisa Museológica, que lança o desafio de produzir, pelo exercício da pesquisa, conhecimento sobre a cultura material preservada pela UFRGS. A partir desses estudos de caso, propõe-se refletir sobre os desafios e estratégias de transformar objetos culturais preservados nas universidades em museália.

2 PROGRAMA DE EXTENSÃO MUSEOLOGIA NA UFRGS: TRAJETÓRIAS E MEMÓRIAS

Aproximando-se dos dez anos do curso de Museologia da UFRGS, os discentes, docentes e técnico-administrativos reconheceram a demanda do registro de informações relacionadas à história do curso, já que muitos dados estavam se perdendo com o passar do tempo. Assim, o programa de extensão “Museologia na UFRGS: trajetórias e memórias” surgiu com o objetivo de preservar os registros materiais e as memórias da formação em Museologia nessa universidade, evitando a gradativa perda de dados.

O programa estruturou-se de uma forma que se baseava em explorar a preservação, o registro e a disseminação de informações de uma das formações em Museologia no sul do Brasil. A partir da documentação museológica, que engloba esses objetivos (BARBUY, 2008), foi decidido como seria feita a coleta de dados, o sistema de registro de informações e os metadados para compreender todo conteúdo relacionado aos objetos que integrariam o acervo.

O objetivo principal é constituir uma base ampla de informações, que alimente pesquisas e ações de curadoria, tanto da própria instituição como externas, e se alimente, por sua vez, das pesquisas realizadas sobre o acervo institucional ou em torno dele. É comum falar-se, quanto a isso, [...] [que] o sistema de documentação tem a força de trazer para si, de concentrar em si, toda a gama de informações produzidas sobre o acervo e, ao sistematizá-las e gerar agilidade de consultas, passa a disseminar essas informações, colocá-las à disposição de interessados, e, assim, com a mesma força com que concentrou em si todas as informações, é capaz também de devolvê-las, agora processadas, à comunidade de pesquisa, curadoria museológica e outros tipos de usuários, multiplicando os efeitos da informação (BARBUY, 2008, p. 36).

Quanto à dificuldade de atender diferentes tipologias de acervo, foram estabelecidas sete coleções, cada uma com suas particularidades. As coleções são divididas de forma que possam compreender as atividades que constituem a história da Museologia na UFRGS, sendo elas: Institucional; Projetos de Extensão e Pesquisa; Ensino; Exposições Curriculares; Saídas de Campo; Eventos; Itinerários – coleção que, diferente das demais, trabalha na perspectiva da história oral, sendo composta por entrevistas com pessoas que tiveram relação com o itinerário da Museologia na UFRGS.

Essa escolha metodológica pela gestão museológica reforça o objetivo do programa, que, apesar de não ser um museu, se identifica com as rotinas de uma organização mantenedora. Por estar inserido dentro da realidade de uma universidade, o programa de extensão assume deveres educacionais e passa a ser para os discentes um exercício da profissão, proporcionando a vivência de estratégias de gestão, documentação, conservação, comunicação e pesquisa. Desse modo, o programa auxilia na aptidão desses futuros profissionais da área, já que se faz presente em diversos momentos do curso.

Com a metodologia formulada, foi necessária a escolha de uma ferramenta que possibilitasse a comunicação de dados dos itens de informação. Para essa etapa foi iniciado o debate de como seria a gestão da informação:

O museu, enquanto unidade de informação, tem a responsabilidade de proporcionar meios de transmissão da informação, portanto, cabe a ele gerir sistemas eficientes que possibilitem a comunicação dos dados oriundos dos objetos de suas coleções. Estes dados devem receber tratamento específico para que, dentro de um fluxo informacional, se tornem instrumentos para a geração de conhecimento (YASSUDA, 2009, p. 23).

Como ferramenta de registro e disseminação da informação, foi escolhido o repositório digital Tainacan¹, que facilitaria a forma de preservar e difundir os dados relacionados aos objetos coletados (Figura 1). A partir de sua utilização foi possível, com o trabalho de bolsistas² e do museólogo do curso, iniciar a produção da documentação dos objetos, começando pela coleção das Exposições Curriculares, seguida pela coleção Ensino – já que são as coleções que possuem mais itens com dados acessíveis para o preenchimento de suas fichas catalográficas. O objetivo é dispor as informações produzidas para consulta on-line, de forma que as pessoas tenham acesso aos registros históricos dessa formação, construindo-se, assim, uma ferramenta para pesquisas futuras, produzidas por discentes, docentes e técnicos da Museologia.

1 O software Tainacan é um repositório digital e plataforma gratuita de difusão do patrimônio desenvolvido pelo MinC/Ibiam, constituindo “[...] uma ferramenta flexível e poderosa para Word Press que permite a gestão e a publicação de coleções digitais com a mesma facilidade de se publicar posts em blogs, mas mantendo todos os requisitos de uma plataforma profissional para repositórios” (TAINACAN, 2020).

2 Agradecemos as/os discentes que já passaram pelo programa: Alicia Manoela dos Santos Kern, Ana Carolina de Lima Chaves, Amanda Donay dos Santos, Ana Paula Machado da Silva, Diogo Gomes, Gabriela Machado Leindecker, Lourdes Agne e Victoria Hornos. Acreditamos na importância da contribuição discente e reforçamos a importância das bolsas cedidas para o andamento dos programas e projetos executados nas universidades.

FIGURA 1

Coleção Ensino do programa de extensão "Museologia na UFRGS: trajetórias e memórias" no repositório digital Tainacan. Fonte: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://memoriamslufrgs.online/tainacan/ensino>. Acesso em: 22 jun. 2020.

Os trabalhos de pesquisa que surgem em torno desses objetos é o que valida a documentação e o registro da informação do acervo, já que é atribuído à documentação um caráter que vai além do simples registro e controle da coleção, estendendo-a para a pesquisa científica (YASSUDA, 2009). O programa tem inseridos na página do repositório digital³ mais de 500 itens, que englobam três das sete coleções planejadas, e colaboram com pesquisas vinculadas à área. Os próximos passos são ampliar a documentação desses itens, promover a página do repositório por meio de redes sociais⁴ e iniciar a busca por mais informações relacionadas aos objetos, potencializando o processo de transformação dessas materialidades em museália.

3 PROJETO DE EXTENSÃO GESTÃO DE ACERVOS MUSEOLÓGICOS DA UFRGS

O curso de Museologia da UFRGS, conforme mencionado, desenvolve a ação de extensão Gestão de Acervos Museológicos da UFRGS, objetivando auxiliar, com orientações teóricas e técnicas, a organização e documentação dos acervos museológicos dos diversos espaços da Universidade – principalmente aqueles pertencentes à Remam/UFRGS – visando à disponibilização da informação relativa a esses acervos à comunidade, fomentando, nesse sentido, a pesquisa.

³ Para mais informações sobre o repositório digital do programa "Museologia na UFRGS: trajetórias e memórias", consulte a página on-line disponível em: <http://memoriamslufrgs.online/tainacan/>. Acesso em: 22 jun. 2020.

⁴ Para mais informações sobre o programa "Museologia na UFRGS: trajetórias e memórias" nas redes sociais, consulte a página on-line disponível em: <https://www.facebook.com/memoriamslufrgs/>. Acesso em: 22 jun. 2020.

É importante, antes de apresentarmos as ações desenvolvidas, estabelecer o entendimento de gestão de acervos. Para isso, nos utilizamos da definição proposta por Ladkin (2004):

A gestão do acervo é o termo aplicado aos vários métodos legais, éticos, técnicos e práticos pelos quais as coleções do museu são formadas, organizadas, recolhidas, interpretadas e preservadas. A gestão do acervo foca-se na preservação das coleções, preocupando-se pelo seu bem-estar físico e segurança, a longo prazo. Preocupa-se com a preservação e a utilização do acervo, e registro de dados, e em que medida o acervo apoia a missão e propósito do museu (p. 17).

Nesse sentido, a documentação museológica é uma das ações que envolve a gestão de acervos, estando relacionada à preservação, sendo que, mediante determinados procedimentos técnicos, registra e preserva as informações intrínsecas e extrínsecas relacionadas aos itens das coleções museológicas.

[...] a gestão de acervos contempla a conservação dos objetos e de suas informações técnicas referentes aos materiais, forma, uso e manufatura para a preservação de seus diversos significados variáveis de acordo com a interpretação adotada sobre o objeto, seja ela histórica, estética, técnica ou científica, levando em conta o caráter da cultura material de uma comunidade (AUGUSTIN, 2017a, p.15).

A documentação nos museus, fazendo-se os registros informacionais pertinentes aos acervos, facilita a realização de procedimentos técnicos referentes a sua gestão, conforme esclarece Augustin (2017b):

Com a adoção de um sistema de documentação eficiente, a realização de atividades, como as políticas de acervos, a prestação de contas referente ao acervo, o cuidado, o acesso, a interpretação e a utilização das coleções e a pesquisa do acervo, são descomplexificadas [...]. Como processo, a documentação museológica contempla etapas, como o inventário, a catalogação, a marcação dos objetos, o mapeamento dos locais de guarda, a gestão dos registros e a produção de documentos técnicos (p. 13).

Os procedimentos mencionados devem ser realizados a partir de orientações estabelecidas por organismos internacionais e/ou nacionais. Nesse sentido, cabe informar que o projeto leva em consideração que a identificação e organização dos acervos museológicos, através de registros e inventários, é uma obrigação legal prevista nos artigos 38 a 41 do Estatuto de Museus,

Lei Federal nº 11.904/2009, devendo ser realizada conforme normas técnicas da Museologia e seguindo normativas do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) – que, no caso da ação aqui descrita, são aquelas que estabelecem padronização na organização e classificação da informação.

O projeto conta, desde sua criação em 2018, com o apoio técnico do Laboratório de Pesquisa e Extensão Museológica (Lapem) do curso de Museologia da UFRGS⁵ e, até o momento, atuou diretamente junto ao acervo de duas unidades da Universidade: Instituto de Física (2018) e Instituto de Artes (2019). Em ambas as edições, o projeto foi contemplado com uma bolsa de extensão⁶, que foi designada a discentes da graduação em Museologia; também participaram das atividades bolsistas vinculados a projetos desenvolvidos nas duas unidades. Considerando que a preservação pela preservação é inócua, conforme postula Ferrez (1994), nas duas experiências realizadas buscou-se a disponibilização pública dos acervos de forma on-line, através da utilização do software Tainacan, repositório digital e plataforma gratuita de difusão do patrimônio utilizada pelo Ibram.

A proposição do projeto esteve intrinsicamente ligada à experiência de ensino desenvolvida em 2017 na disciplina eletiva Tópicos Especiais em Pesquisa Museológica. Os alunos matriculados desenvolveram pesquisa sobre alguns itens que compõem o Acervo Museológico do Laboratório do Ensino de Física (AMLEF), integrante do Instituto de Física da Universidade. Em paralelo uma discente da graduação em Museologia desenvolveu seu estágio curricular obrigatório no AMLEF, realizando um arrolamento do acervo. Tais atividades revelaram importantes informações que valoram o acervo do AMLEF e demonstraram a necessidade de estender a pesquisa a todas as peças, bem como ao tratamento museológico da coleção, tendo em vista que se verificou a inexistência de procedimentos de registros. Ou seja, a coleção, composta à época por aproximadamente 330 itens não possuía fichas de identificação, sistema de numeração ou algum outro instrumento de controle sistemático do acervo.

5 Agradecemos ao museólogo Elias Palminor Machado, integrante do programa de extensão *Museologia na UFRGS: trajetórias e memórias* e do projeto de extensão *Gestão de Acervos Museológicos da UFRGS*, pelo trabalho desenvolvido no planejamento e execução do repositório digital Tainacan.

6 Programa de bolsas da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – PROEXT/UFRGS. Agradecemos as/os discentes que já passaram pelo programa: Nathália Freitas e Diogo Gomes.

Tais demandas foram percebidas também pelo corpo técnico do AMLEF⁷, que ao longo do desenvolvimento do trabalho dos alunos, foi se sensibilizando diante do potencial de pesquisa relativo ao ensino de Física contido nos objetos sob sua guarda e, nesse sentido, manifestou interesse em continuar o trabalho, contando com o apoio do curso de Museologia após o encerramento da disciplina eletiva do segundo semestre de 2017. Assim, aproveitando essa aproximação e receptividade do AMLEF – desejoso em organizar seu acervo de acordo com as diretrizes museológicas, visando sua melhor preservação e divulgação –, foi proposto o projeto de “Gestão de Acervos Museológicos da UFRGS”, que realizou suas atividades no Instituto de Física entre março de 2018 e fevereiro de 2019. Com o tratamento da informação evocada pelo patrimônio universitário preservado pelo Instituto de Física, o acervo foi disponibilizado pelo repositório digital para consultas⁸ (Figura 2).

FIGURA 2

Acervo Museológico do Laboratório do Ensino de Física da UFRGS no repositório digital Tainacan. Fonte: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/amlef/apresentacao/>. Acesso em: 22 jun. 2020.

⁷ Os técnicos do LEF, que acompanharam ativamente o projeto, são os físicos Gabriel Cury Perrone e Lara Elena Sobreira Gomes. Gabriel Perrone é o técnico atualmente responsável pelos Laboratórios de Ensino de Física.

⁸ Para mais informações sobre o repositório digital do Acervo Museológico do Laboratório do Ensino de Física da UFRGS disponível em: <https://www.ufrgs.br/amlef/apresentacao/>. Acesso em: 22 de jun. de 2020.

A segunda edição do projeto, ocorrida entre março de 2019 e fevereiro de 2020, ocupou-se do acervo da Pinacoteca Barão de Santo Ângelo, do Instituto de Artes da UFRGS (IA), também vinculado à Remam. A escolha por trabalhar com esse acervo deu-se novamente em função da disponibilidade e abertura da unidade em estabelecer parceria com o curso de Museologia. O coordenador do Acervo Artístico da Pinacoteca Barão de Santo Ângelo, o professor Paulo Gomes, tomou conhecimento do trabalho realizado no Instituto de Física, divulgado em reuniões da Remam, e se mostrou interessado, principalmente em função da possibilidade de divulgar a totalidade do acervo através da plataforma gratuita utilizada no projeto, a plataforma Tainacan. Isso porque o site institucional da Pinacoteca, por problemas de formato e hospedagem, não apresentava mais condições de ser ampliado, deixando de atender plenamente as necessidades do setor.

O site mencionado⁹ disponibilizava pouco mais de 600 obras da Pinacoteca, num total de cerca de 1900 itens e, nesse sentido, o projeto teria por desafio suprir essa carência. Para nós, tratava-se de uma excelente oportunidade em trabalhar com um acervo de tipologia diferenciado do AMLEF, com uma quantidade de peças bastante superior e já apresentando uma organização prévia, com registros em fichas e inventário em planilha Excel, que permitia, de certa forma, o controle do acervo. A maior necessidade e desafio parecia-nos ser verificar esses instrumentos, visando a padronização dos dados e migração das informações para a plataforma Tainacan.

A primeira etapa do trabalho com o acervo da Pinacoteca Barão de Santo Ângelo foi a realização de um diagnóstico dos registros feitos sobre as obras, verificando os campos integrantes do inventário da coleção existente em planilha Excel de acesso restrito ao setor. Nesse processo, também foram utilizadas as informações disponíveis no catálogo impresso da Pinacoteca, editado em 2014, no qual constam 1485 itens inventariados (GOMES, 2015). Foi realizado um comparativo entre metadados do inventário já existente e os indicados pelo Inventário Nacional dos Bens Culturais

⁹ Disponível em: <http://www.ufrgs.br/acervoartes/>. Acesso em: 22 jun. 2020.

Musealizados (INBCM)¹⁰, que foi o padrão referência adotado para organização das informações, assim como ocorrido no programa “Museologia na UFRGS: trajetórias e memoriais”. Verificou-se a compatibilidade dos dados, mantendo-se os obrigatórios do INBCM¹¹ e acrescentando outros que a Pinacoteca considerava importantes, da mesma forma como foi feito no tratamento dos dados do AMLEF.

O próximo e importante passo, que não foi experimentado no trabalho junto ao AMLEF, tendo em vista que seu acervo não estava inventariado em planilha Excel, foi a preparação das informações constantes no inventário para migração à plataforma Tainacan. Para isso, utilizou-se um aplicativo desenvolvido pelo Google que possibilita a organização de dados, o Open Refine¹². Com os dados organizados foi possível a implementação do Tainacan, com linguagem documental padronizada e descrita em manual de procedimentos elaborado pela equipe. O lançamento da página do Tainacan do IA para o público foi realizado em 18 de dezembro de 2019¹³ (Figura 3).

Ressalta-se que as equipes das unidades seguem fazendo os registros do acervo, mesmo após o encerramento do prazo de vigência das atividades do projeto de “Gestão de acervos museológicos”. Assim, seguindo normativas técnicas da documentação museológica, as equipes progressivamente inserem informações de forma padronizada no repositório Tainacan, dando visibilidade aos seus acervos e possibilitando pesquisas sobre eles.

10 A Resolução Normativa nº 2 do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2014), publicada no Diário Oficial da União em 1 de setembro de 2014, estabelece os elementos de descrição das informações sobre o acervo museológico, bibliográfico e arquivístico, visando à realização do Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados (INBCM), conforme previsto no Estatuto dos Museus (BRASIL, 2009).

11 A Resolução Normativa nº 2 do Ibram, em seu Artigo 4º, estabelece 15 elementos de descrição para identificação de bens culturais de caráter museológico, sendo 9 obrigatórios e 6 facultativos. Os obrigatórios são: número de registro; situação; denominação; autor; resumo descritivo; dimensões; material/técnica; estado de conservação; condição de reprodução. Os eletivos correspondem a: outros números; título; classificação; local de produção; data de produção; mídias relacionadas.

12 “O Open Refine é um programa que possibilita o tratamento e a manipulação de dados, especialmente quando estes estão desorganizados ou apresentam inconsistências. Suas funções vão desde limpar, corrigir, clusterizar e filtrar os dados, até transformá-los de um formato para outro. Para utilizá-lo, é necessário fazer o seu download gratuitamente no site do software” (SCOGNAMIGLIO; BRIGO, 2016).

13 Para mais informações sobre o repositório digital Pinacoteca Barão de Santo Ângelo da UFRGS, consulte a página on-line disponível em: <https://www.ufrgs.br/acervopbsa/>. Acesso em: 22 jun. 2020.

FIGURA 3

Acervo da Pinacoteca Barão de Santo Ângelo da UFRGS no repositório digital Tainacan. Fonte: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/acervopbsa/colecoes/>. Acesso em: 22 jun. 2020.

Retomando a reflexão central desse artigo, sobre os procedimentos de musealização dos acervos em salvaguarda da Universidade, no processo de se tornarem museálias, estabelecemos uma relação bastante forte com as ações desenvolvidas nas unidades mencionadas, pois o processo de preservação, no qual a documentação está envolvida, faz parte da musealização. Nesse sentido, a gestão de acervos, aliada à pesquisa museológica, é promotora da musealização, conforme nos ressalta Augustin (2017b).

A musealização e a preservação encontram-se em uma relação cíclica, visto que a musealização tem como um de seus objetivos principais a preservação. E a preservação se utiliza da musealização para acontecer, sendo realizada e concretizada pelos processos de gestão de acervos, diretamente associados à musealização de bens culturais [...]. A gestão de acervos, potencializadora da musealização, promove o tratamento material e informacional dos bens culturais, sistematizando os processos de aquisição, documentação, conservação, empréstimo e alienação, de forma a apoiar a missão do museu e condicionar recursos de tempo, dinheiro, equipamentos, materiais, espaço físico e pessoal conforme apontado por Ladkin (2004) (AUGUSTIN, 2017b, p. 12).

Consideramos importante ressaltar, além do processo de musealização no qual a preservação está inserida, duas possibilidades que o projeto viabilizou: a relação entre ensino e extensão, e a interdisciplinaridade. A primeira está bem evidenciada pelo fato de que o projeto surge a partir de uma experiência de ensino, através de uma disciplina eletiva, e de que as atividades exigem sempre a aplicação dos conhecimentos desenvolvidos nas disciplinas do curso de Museologia que tratam de documentação, gestão de acervos e pesquisa museológica. Já a interdisciplinaridade ocorre ao permitir o contato com diferentes acervos, como o do Instituto de Física e do Instituto de Artes. Os alunos em contato com outras áreas do conhecimento realizam verdadeira troca de saberes. Soma-se a isso o fato de que ao frequentar outras unidades da Universidade, onde os acervos estão guardados, os discentes de Museologia têm a oportunidade de interação com docentes, técnicos e alunos de outros cursos, favorecendo o conhecimento da própria Universidade; enriquecendo, dessa forma, sua experiência tanto em termos teóricos e metodológicos como profissionais; propiciando a integração e construção de relações interprofissionais e interdisciplinares.

4 DISCIPLINA TÓPICOS ESPECIAIS EM PESQUISA MUSEOLÓGICA

As duas experiências relatadas – programa de extensão “Museologia na UFRGS: trajetórias e memórias” e projeto de extensão “Gestão de acervos museológicos da UFRGS” – possuem um enfoque em comum: a gestão da informação produzida a partir da cultura material. Ambas as iniciativas trabalham com estudos de caso em que poucos estágios da documentação museológica foram contempladas, o que torna ainda necessária a busca e organização de informações de reconhecimento dos itens de informação (por exemplo, preencher campos como doador, procedência, descrição intrínseca e outros números). Conteúdos de pesquisa exigem uma etapa mais avançada da gestão da informação, pois é necessário que seja reconhecido o potencial de musealidade vinculado ao objeto. O processo de obtenção e produção desses dados está vinculado ao exercício da pesquisa museológica.

Através da pesquisa museológica é possível formar um corpus conceitual evocado pelos objetos selecionados, constituindo uma realidade interpretada que compreende os fenômenos vinculados ao fato museal (GUARNIERI, 2010). O pesquisador Zbynek Zbyslav Stránský (1974 *apud*

BRULON, 2017) definia esse processo como uma documentação ativa, que fomenta a musealização dos objetos. Essa abordagem pressupõe três etapas: a seleção, a tesauroização e a comunicação.

Por seleção, ele [Stránský] entendia a teoria básica que permitiria identificar o “potencial de musealidade” nos objetos, que pode ser fornecido por diferentes disciplinas científicas. A seleção em si mesma, isto é, a retirada de um objeto “portador” de uma situação original, seria dependente do reconhecimento de seu “valor museal”. A tesauroização poderia ser compreendida como o processo de inserção do objeto no sistema documental da nova realidade de uma coleção ou museu. Por fim, a comunicação museológica é o processo por meio do qual uma coleção ganha sentido, tornando-a acessível e disseminando o seu valor científico, cultural e educativo. Para Stránský, a comunicação é a abordagem museológica da realidade e ela cria, ao mesmo tempo, um laço recíproco com a realidade original que se estabelece em “um plano qualitativamente mais elevado”. Desse modo, a especificidade da comunicação museológica condiciona a especificidade da documentação museológica (BRULON, 2017, p. 414).

É possível apontar que, em circunstâncias nas quais os objetos já foram selecionados, a pesquisa museológica fomenta a tesauroização e a comunicação museal. A disciplina Pesquisa Museológica tem proposto esse ensaio com os(as) discentes da graduação. A cada edição, uma parceria com uma instituição de caráter museológico da UFRGS é estabelecida e são selecionados acervos que são preservados por suas mantenedoras, mas não possuem nenhuma informação aprofundada sobre o item de informação. Pouco ou nada se sabe sobre esses objetos. Ao longo de um semestre cada estudante tem a responsabilidade de percorrer um itinerário de pesquisa museológica sobre o acervo que lhe é correspondente. É uma prática de obtenção de informações, sobretudo extrínsecas, que ao serem interpretadas potencializam o objeto enquanto museália¹⁴. Segundo Botallo (2010):

14 Uma das pesquisas museológicas foi publicada e serve de exemplo de um dos resultados obtidos no Instituto de Física da UFRGS. Para mais informações, ver: FARIA, Ana Carolina Gelmini de; PIRES, Kimberly Terrany Alves. Pesquisa museológica: uma ferramenta para a produção de conhecimento científico e educativo – um estudo de caso no Acervo Museológico dos Laboratórios de Ensino de Física da UFRGS. *Revista Museologia e Patrimônio*, v.13, n.1, 2020. p.216-233. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/798/724>. Acesso em: 15 jun. 2020.

Dessa forma, entendemos a Museologia como um processo comunicacional dinâmico que, ao retirar determinados objetos da vida cotidiana, permite que seu potencial informativo seja otimizado. Além de permitir várias categorias sociológicas no trato com os objetos, a Museologia vale-se do museu não apenas como ambiente neutro, receptáculo da possibilidade de relação, mas como condição para sistematizar as formas de apreensão do conhecimento e de recriação das diversas memórias, apresentando sua interpretação sobre os fenômenos da realidade. A informação, que dá sentido aos objetos que estão inseridos num determinado contexto, é, para a Museologia, única, seja como fonte seja como produto [...] (p. 153).

A execução da disciplina Pesquisa Museológica tem um duplo movimento: estimular os(as) futuros(as) profissionais a extraírem dos vestígios seus aspectos de documentalidade, otimizando seu potencial informativo; e sensibilizar as equipes envolvidas com esses acervos da importância da produção e difusão do conhecimento produzido a partir dos testemunhos, estimulando que esse seja um movimento para além da realização da disciplina. Ainda que esteja nas ofertas eletivas, possui edições realizadas com frequência, todas articuladas com algum museu ou espaço de caráter museológico vinculado à Remam/UFRGS, defendendo um tratamento museológico com o patrimônio cultural universitário móvel. A disciplina já ocorreu tendo como parceiros o Museu da UFRGS, o Centro de Memória do Esporte, o Acervo Museológico do Laboratório do Ensino de Física e a Pinacoteca Barão de Santo Ângelo da UFRGS. Como resultado, é entregue um relatório sobre o itinerário da pesquisa, com a produção textual das informações intrínsecas e extrínsecas vinculadas aos objetos e a ficha catalográfica que a instituição adota com os campos preenchidos a partir do conhecimento gerado. Esse exercício de pesquisa museológica em acervos universitários provoca a indagação: quando há uma intenção patrimonial: objetos em uma universidade são suficientes para se tornarem museália?

5 DIANTE DO EXPOSTO... UM EXERCÍCIO REFLEXIVO

As experiências apresentadas, realizadas pelo curso de Museologia da UFRGS com o patrimônio cultural universitário móvel, serão consideradas ponto de partida para um exercício reflexivo sobre o processo de musealização desses bens. É interessante observar que a especificidade do acervo atribui singularidades a essas coleções, ora positivas, ora negativas.

Como aspecto positivo, salientamos que as universidades brasileiras atuam fundamentadas na indissociabilidade entre ensino, extensão e pesquisa – agregando-se, ainda, a inovação. Essa dinâmica potencializa o objeto enquanto evocador de sentidos, uma vez que pode ser explorado por múltiplas abordagens. Porém, os aspectos administrativos entre museu e universidade podem dificultar a gerência desses acervos. O pesquisador Ubirajara R. Martins já detectava problemas nesse aspecto na década de 1980:

A administração geral, no caso dos museus, representa-se por um diretor; nos departamentos, pelo chefe do departamento. No primeiro caso, a administração poderia ser mais ágil na tomada de decisões, pois elas devem receber sua aprovação apenas por reitorias e, eventualmente, pelos órgãos colegiados superiores. Em suma, o diretor reporta-se diretamente ao reitor. No segundo, as categorias hierárquicas entre um chefe de departamento e uma reitoria são em número muito maior, que vão de conselhos departamentais, passam por chefias de institutos, congregações, até reitorias, pró-reitorias e órgãos colegiados superiores. Ora, tais categorias hierárquicas têm numa universidade, uma enormidade de assuntos, sempre ditos mais urgentes e mais importantes do que aqueles relacionados com “coleções de bichinhos”, sua curadoria, sua ampliação ou a admissão de pessoal para cuidá-las. Além disso, a burocracia, a terrível burocracia, cresce, em detrimento da eficiência e da assunção individual de responsabilidades. Inseridos neste mesmo contexto, poderiam ser discutidos muitos outros problemas inerentes às relações universidade-museu e universidade-departamento, tais como, o provimento de recursos, admissão de pessoal, e assim por diante, já que o procedimento para equacioná-los e resolvê-los segue o mesmo ritual (MARTINS, 1988, p. 626).

Ao transitar pelos museus e espaços de caráter museológico da UFRGS, essa problemática se evidencia: há a necessidade de se preservar acervos constituindo, assim, um patrimônio cultural universitário. Porém, tornar essa premissa uma prática é uma postura assumida por poucos sujeitos da instituição que, com recorrência, iniciam esse exercício preservacionista através de projetos de extensão. Uma vez formadas coleções, há a problemática de legitimá-las institucionalmente. Consequentemente, o que se observa é uma escala de formas de preservação do acervo: desde museus inseridos no organograma da universidade a coleções exibidas em corredores dos prédios universitários – ou mesmo em ameaça de dissociação por seus mantenedores se aposentarem, por exemplo.

Essa diversidade de estratégias preservacionistas traz à tona a problemática: o objeto no museu é equivalente a objeto de museu? Esse questionamento é importante de ser realizado no contexto do patrimônio cultural universitário. O que se diagnostica, na UFRGS, é que na maioria das experiências museais houve a intenção de se preservar, mas a ação museológica não ultrapassou esse limite. Desvallées e Mairesse (2013), a partir de diversos pesquisadores da teoria museológica, consideram um objeto de museu ou museália:

“Os musealia (objetos de museu) são objetos autênticos móveis que, como testemunhos irrefutáveis, revelam os desenvolvimentos da natureza ou da sociedade” (SCHREINER, 1985). É a riqueza de informações que eles portam que conduziu etnólogos como Jean Gabus (1965) ou Georges Henri Rivière (1989) a lhes atribuir a qualificação de objetos-testemunhos, que eles retêm uma vez que são expostos. Georges Henri Rivière até utilizou a expressão objeto-símbolo para designar certos objetos-testemunhos, cheios de conteúdo, que poderiam servir para sintetizar toda uma cultura ou toda uma época (p. 69-70).

Assim, constata-se que estar em um local de salvaguarda, como um museu, não é o suficiente para o objeto ser atribuído de valor museal. As iniciativas de preservação dos acervos culturais universitários precisam contemplar o que Stránský (1974 *apud* BRULON, 2017) denominou de documentação ativa – fundamentada nos processos de seleção, tesauroização e comunicação – para esses objetos serem dotados de significado cultural. Hainard (1984 *apud* DESVALLÉS; MAIRESSE, 2013, p. 72) ressalva: “[...] o objeto não é a verdade de absolutamente nada. Polifuncional em primeiro lugar, polissêmico em seguida, ele só adquire sentido se colocado em um contexto”.

Segundo Alves e Scheiner (2012), a musealidade, valor de significação, é uma potência que existe não no objeto, mas em sua relação com o sujeito. Portanto, o processo de musealização implica uma ação contínua de interpretação que, para além das informações intrínsecas obtidas na evidência material, objetive congregar as múltiplas percepções que as informações extrínsecas podem agregar ao objeto-documento.

A experiência da disciplina de Pesquisa Museológica no Acervo Museológico dos Laboratórios de Ensino de Física da UFRGS evidenciou esse processo. Sete objetos que não tinham nenhuma informação foram selecionados e os estudantes do curso de Museologia iniciaram uma jornada

de investigação sobre os objetos localizados na coleção. Das informações intrínsecas – como impressões dos fabricantes e marcas do tempo – partiram para informações extrínsecas e foi nesse movimento que o valor de musealidade foi atribuído. Um momento marcante foi a participação de professores aposentados do Instituto de Física na disciplina. Ao serem entrevistados pelos estudantes (Figura 4) narraram, pelos corredores da unidade, memórias do uso dos equipamentos pesquisados nas dinâmicas do Instituto apresentando, inclusive, informações que a equipe funcional desconhecia. Pode-se afirmar que essa dinâmica potencializou os sete objetos enquanto museália, uma vez que foram dotados de valor documental.

A equipe que salvaguarda o Acervo Museológico dos Laboratórios de Ensino de Física da UFRGS, a partir da interação entre os cursos de Museologia e Física, iniciou um projeto de extensão próprio, voltado para a sua coleção. A partir do contato e troca de ideias, os objetos foram reorganizados nos expositores – como é o caso da vitrine 1, que atualmente é composta pelos sete objetos que foram submetidos à pesquisa museológica (Figura 5) – e um repositório digital foi implementado com a articulação do projeto de extensão “Gestão de acervos museológicos da UFRGS”. As pesquisas museológicas foram inseridas nos campos do repositório, ampliando as interpretações sobre os itens de informação e, para visitas presenciais, *cards* foram elaborados a partir do conteúdo obtido na disciplina.

FIGURA 4

Conversa com os professores Ricardo Eugenio Francke Sandoval, Silvio Luiz Souza Cunha no Instituto de Física da UFRGS. Fonte: Silvana Fraga (2017).

FIGURA 5

Vitrine 1 do Acervo Museológico dos Laboratórios de Ensino de Física da UFRGS em organização após a disciplina Tópicos Especiais em Pesquisa Museológica. Fonte: Laboratórios do Ensino de Física (2017).

Cabe salientar que o exercício museal proposto com o patrimônio cultural universitário móvel nas ações do curso de Museologia não visa a espetacularização do objeto por parte de seus institutos, mas uma produção de conhecimento consciente. De acordo com Loureiro (2019),

abordar o objeto de museu como documento não significa, necessariamente, defender a busca de qualquer particularidade que o diferencie em essência dos demais documentos, mas simplesmente em reconhecê-lo, tratá-lo e pensá-lo a partir dessa premissa.

Nessa perspectiva, é importante partir da compreensão de que os museus ou espaços de caráter museológico são capazes de articular funções científico-documentais, culturais e educacionais. Meneses (2011) defende que os museus têm o potencial de produzir conhecimento novo:

Isso significa que informação, conhecimento, fruição estética, sonho, devaneio, formação da sensibilidade e do espírito crítico, “alfabetização” sensorial, referências de memória e identidade etc. [...] podem

desenvolver-se alimentando-se mutuamente. Essa solidariedade é um privilégio do museu, que em outras instituições pode existir de maneira muito mais frágil ou descontínua (p. 16).

O patrimônio cultural universitário móvel ganha ainda mais dinamicidade pelo potencial dialógico. Em uma perspectiva interna, a troca entre profissionais de diferentes especialidades favorece interpretações ilimitadas dos objetos preservados, ampliando os múltiplos significados científico-culturais evocados pela materialidade. Sobre esse processo interdisciplinar Guarnieri (2010, p. 135) salienta: “[...] a possibilidade dos movimentos de análise e de síntese, a existência de teses e antíteses, o que dá ao museu e ao seu quadro profissional uma visão viva, dialética, histórica e crítica [...]”. Ressalta-se que o âmbito universitário é propício a essa interação dialógica.

Nas atividades desenvolvidas em parceria com a sociedade, as universidades acabam por promover, de forma concomitante, a ampliação de informações técnicas e a interação com os diversos grupos externos ao mundo acadêmico. Para Maroevic (1997), esses dois aspectos, as informações científicas e as informações culturais, constituem a musealidade dos objetos. Se a primeira obtemos nos acervos universitários pela troca interdisciplinar, a segunda é promovida pela relação com a sociedade. Para o autor, conjugados, contribuem “[...] para o descobrimento da dimensão da memória do patrimônio cultural tangível” (MAROEVIC, 1997, p. 6).

A compreensão do processo de musealização fortalece a importância de uma gestão do patrimônio cultural universitário móvel que priorize a seleção, a tesauroização e a comunicação consciente. Meneses (2011) salienta que na perspectiva museal não se pode congelar significados dos objetos e tece duas considerações sobre essa problemática que, embora seja prejudicial para o patrimônio cultural, é recorrente nos museus e espaços de caráter museológico – processo que desveicula o valor de musealidade à museália:

A primeira é que o museu é, sim, um sistema de comunicação/informação. Mas é muito mais que isso e, portanto, é preciso levar em conta todo seu potencial, sem reducionismos e modismos. Para dar conta desse potencial total, não se pode projetar o foco apenas nas exposições. O museu se caracteriza em princípio pela solidariedade (ou, pelo menos, pela extraordinária possibilidade de solidariedade...) de suas funções científico-documentais, culturais e educacionais. A segunda é que uma perspectiva exclusivamente focada na comunicação e no simbólico marginalizaria uma enorme faixa de funções das coisas materiais, dentro e

fora do museu. Nem é preciso ressaltar nesse passo o risco de o museu congelar significados e atribuições e eliminar os diversos olhares que deveriam ser considerados (MENESES, 2011, p. 21).

Se pretendemos trabalhar com o patrimônio cultural universitário móvel em toda sua potencialidade, ou seja, na condição de museália, é necessário inserir os museus ou coleções universitárias na política universitária, integrados a um planejamento estratégico. Marques e Silva (2011) reforçam essa necessidade:

Para que os museus universitários atendam às expectativas da comunidade universitária e/ou da comunidade local é importante que as universidades definam claramente o papel dos museus que estão sob a sua ingerência e que estabeleça uma política específica de museus, com normatizações para a criação de espaços deste tipo dentro da Universidade (p. 70).

Infelizmente, o que enfrentamos no Brasil é um cenário inverso. As notícias que estão circulando com mais recorrência sobre museus universitários são sobre incêndios, falta de corpo técnico especializado e verba cada vez mais reduzida. No decorrer da escrita deste artigo, parte do Museu de História Natural e Jardim Botânico da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) pegou fogo, no dia 15 de junho de 2020. Antonio Gilberto Costa, que foi diretor da instituição, comentou em uma notícia de jornal: “Alertamos a universidade sobre o que poderia acontecer. Não foi por falta de aviso” (LIMA, 2020). Em decorrência do incêndio, outra matéria de jornal teve por título: “UFMG tem três profissionais para atender os 25 museus da universidade, diz Conselho Regional de Museologia” (MG2, 2020). Essa não é uma realidade exclusiva da UFMG, ao contrário, em 2018 todos pararam em frente à televisão impactados com as chamas que consumiu o Museu Nacional vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Fajardo (2018) avalia:

Exatamente onde poderia a memória, os centros históricos, os museus, a cultura promover a transfiguração, pela educação aplicada, pelo conhecimento ampliado, pelo respeito ao diferente, dando camada amorosa à cidadania utilitária, falhamos.

O cenário demonstra que precisamos ser militantes em relação aos museus e coleções universitárias. Esses espaços atuam na salvaguarda do patrimônio cultural, mas também na execução da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, uma das principais características das universidades. Na UFRGS, há a urgência de políticas específicas para o patrimônio cultural universitário

móvel, caso contrário museus e coleções universitárias exercerão um papel secundário nas universidades, correndo o risco de ora serem pauta pelo esforço exclusivo das equipes em difundir a museália, ora por ocorrência de sinistros. É dever das equipes gestoras das universidades terem maior domínio do patrimônio cultural gerido por suas instâncias.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As experiências aqui relatadas, desenvolvidas junto a objetos que compõem o acervo museológico de algumas unidades da UFRGS, permitem-nos reflexões que podem ser didaticamente apontadas em três eixos, mas que se encontram totalmente imbricadas.

A primeira é o caráter indissociável entre ensino, pesquisa e extensão que as ações realizadas apresentaram. Práticas de ensino que colocaram como objeto de estudo o acervo museológico da Universidade tiveram desdobramentos com a criação de projetos de extensão que, por sua vez, possibilitaram a transposição dos conhecimentos produzidos pelas pesquisas, em linguagem documentária, permitindo, dessa forma, a disponibilização pública das informações em plataforma digital gratuita. Ressalta-se que essa difusão cumpre papel social relevante de publicizar o patrimônio científico e cultural da Universidade, como prevê a legislação em vigor.

O segundo aspecto a se ressaltar recai na percepção da importância da pesquisa no processo de musealização dos acervos universitários, bem como na ausência deles. A Universidade deve promover e incentivar pesquisas sobre seu patrimônio, para que os itens de suas coleções não estejam apenas patrimonializados administrativamente, mas também inventariados sob a lógica museológica. Ou seja, a pesquisa e tratamento técnico adequado possibilitará que os itens das coleções patrimoniais da Universidade não estejam apenas institucionalizados, mas também musealizados e, portanto, percebidos como objetos preñhes de significado relacionado aos processos de ensino e aprendizado desenvolvidos pela UFRGS ao longo de sua história. Nessa ação de preservação, salienta-se, em nível macro, a importância do estabelecimento de uma política institucional voltada à memória da Universidade, que consiste em nossa terceira e última consideração.

Destacamos a criação da Remam em 2011 e seus esforços para fortalecer em rede o trabalho de preservação da cultura material móvel da UFRGS – mas

ainda carecemos de muitos passos nessa caminhada. As experiências relatadas neste artigo foram importantes, pois possibilitaram o exercício do ensino e fortaleceram a percepção dos acervos universitários como objetos de pesquisa, valorizando-os – mas, reconhecemos, foram pequenos passos diante do que há por fazer. Muito dos resultados positivos foram alcançados em função do esforço pessoal de professores e técnicos que percebem a importância do acervo salvaguardado em suas unidades e fazem o possível para preservá-los; nisso se considera a parceria com o curso de Museologia como forma de instrumentalização desses profissionais no trato adequado com o acervo. Ressalta-se, ainda, a imprescindível atuação dos(as) bolsistas. Estamos vivenciando nas universidades um corte orçamentário que prejudica visivelmente as rotinas de trabalho. Reiteramos que muitos dos museus ou coleções de caráter museológico vinculados à UFRGS são projetos de extensão e não foram beneficiados no último edital de cedência de bolsas, o que impede a execução desses espaços por falta de equipe. Nessa perspectiva há a dificuldade de contemplar uma função básica dos museus: estar a serviço da sociedade. Profissionais da universidade, discentes, comunidade: todos perdem com a desvalorização do trabalho realizado pela educação brasileira.

Em que pese essa atitude louvável dos servidores, aliada a exercícios de ensino e extensão, como os aqui descritos, faz-se urgente fortalecer políticas institucionais na Universidade voltadas ao seu patrimônio científico e cultural. O esforço é no sentido de que os objetos guardados em salas e armários de nossas diversas unidades e departamentos deixem de ser apenas objetos com numeração do patrimônio, mas, valorados pela pesquisa, adquiram significados que justifiquem sua manutenção – ou seja, o objetivo é que museus, coleções visitáveis e acervos diversos da Universidade sejam ocupados por musealias e não apenas por objetos.

REFERÊNCIAS

ALVES, Vânia Maria Siqueira; SCHEINER, Tereza. Museu, musealidade e musealização: termos em construção e expansão. In: *Documentos de trabalho do 21º Encontro Regional do ICOFOM LAM 2012*. Petrópolis, novembro de 2012. p.99-111.

AUGUSTIN, Raquel França Garcia. *Políticas de gestão de acervos, instrumentos auxiliares na tomada de decisão: análises de documentos disponibilizados por museus brasileiros* na web. 2017. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, UFMG, Belo Horizonte, 2017a, 97p.

AUGUSTIN, Raquel França Garcia. Disseminação de políticas de gestão de acervos brasileiros na web. *Revista Mouseion*, Canoas, n.28, p.9-26, dez.2017. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Mouseion/article/view/3857/pdf>. Acesso em: 22 jun. 2020.

BARBUY, Heloísa. Documentação museológica e pesquisa em museus. In: GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Penha dos; LOUREIRO, Maria Lucia N. M. (Orgs.). *Documentação em museus*. Rio de Janeiro: MAST, 2008. p.33-43. (MAST Colloquia, 10)

BOTALLO, Marilúcia. A informação no museu. In: MARINGELLI, Isabel Cristina Ayres da Silva; BEVILACQUA, Gabriel Moore Forell (org.). In: *I Seminário serviços de informação em museus*. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2011. p.147-156. Disponível em: <http://biblioteca.pinacoteca.org.br:9090/bases/biblioteca/07498.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2020.

BRASIL. *Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009*. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11904.htm. Acesso em: 22 jun. 2020.

BRULON, Bruno. Provocando a museologia: o pensamento geminal de Zbynek Z. Stránský e a Escola de Brno. *An. Mus. Paul*, v.25, n.1, p.403-425, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/anaismp/v25n1/1982-0267-anaismp-25-01-00403.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2020.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. *Conceitos-chave de museologia*. São Paulo: Armand Colin, 2013. 100p.

FARJADO, Washington. O incêndio da razão comum. *El País*, 5 set. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/05/opinion/1536172572_690467.html. Acesso em: 22 jun. 2020.

FERREZ, Helena Dodd. Documentação museológica: teoria para uma boa prática. In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Estudos museológico*. Rio de Janeiro: Iphan, 1994.

GOMES, Paulo; BRITTES, Blanca. *A Pinacoteca Barão de Santo Ângelo: catálogo geral 1910 – 2014*. Porto Alegre: UFRGS, 2015. 2v.

GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. A interdisciplinaridade em Museologia, 1981. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (Org.). *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional*. São Paulo: Pinacoteca do Estado; Secretaria de Estado de Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010. p.123-126. v.1

GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. Sistema da Museologia, [1983]. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (Org.). *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional*. São Paulo: Pinacoteca do Estado; Secretaria de Estado de Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010. p. 127-136. v.1.

HUMEREZ, Dorisdaia C. de; JANKEVICIUS, José Vítor. Evolução histórica do ensino superior no Brasil. *Cofen*, 2015. n.p. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/enfermagem-e-formacao-artigos-cientificos_31492.html. Acesso em: 9 jun. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. Resolução Normativa nº 2, de 29 de agosto de 2014. Estabelece os elementos de descrição das informações sobre o acervo museológico, bibliográfico e arquivístico que devem ser declarados no Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados, em consonância com o Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013, 2014. Disponível em: https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2014/09/ResolucaoNormativa2_INBCM.pdf. Acesso em: 21 jun. 2020.

LADKIN, N. Gestão de acervo. In: CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS. *Como gerir um museu: manual prático*. Paris: Icom-UNESCO, 2004. p.17-32.

LIMA, Déborah. 'Não foi por falta de aviso', afirma ex-diretor do Museu da UFMG que pegou fogo. *Estado de Minas Gerais*, 15 de jun de 2020. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/06/15/interna_gerais,1156789/nao-foi-por-falta-de-aviso-afirma-ex-diretor-do-museu-da-ufmg-que-p.shtml. Acesso em: 22 jun. 2020.

LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus. O objeto de museu como documento: um panorama introdutório. *Em Questão*, v.25, n.1, 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/jatsRepo/4656/465657930001/html/index.html>. Acesso em: 22 jun. 2020.

MAROEVIC, Ivo. Tradução de Tereza Scheiner. O papel da musealidade na preservação da memória. CONGRESSO ANUAL DO ICOFOM, 1997.

MARQUES, Roberta Smania; SILVA, Rejane Maria Lira da. O reflexo das políticas universitárias na imagem dos museus universitários: o caso dos museus da UFBA. *Revista Museologia e Patrimônio*, v.4, n.1, 2011. p.63-84. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/149.%20Acesso%20em%2017.11.2013/151>. Acesso em: 22 jun. 2020.

MARTINS, Ubirajara R. Museus Universitários. *Rev. Bras. Zool.*, v.5 n.4, 1988. p.623-627. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbzool/v5n4/v5n4a13.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2020.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A comunicação/informação no museu: uma revisão de premissas. In: *I Seminário serviços de informação em museus*. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2011. p.11-21. Disponível em: <http://biblioteca.pinacoteca.org.br:9090/bases/biblioteca/07498.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2020.

UFMG tem três profissionais para atender os 25 museus da universidade, diz Conselho Regional de Museologia. *G1*, 16 jun. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2020/06/16/ufmg-tem-tres-profissionais-para-atender-os-25-museus-da-universidade-diz-conselho-regional-de-museologia.ghtml>. Acesso em: 22 jun. 2020.

SCOGNAMIGLIO, Heloísa. BRIGO, Luana. Programa Open Refine facilita tratamento de dados no jornalismo. *Repórter UNESP*, 2016. Disponível em: <http://reporterunesp.jor.br/2016/12/13/open-refine-dados-no-jornalismo/>. Acesso em: 23 jun. 2020.

SOUZA, Cidara Loguericio; FAGUNDES, Lígia Ketzer; LEITZKE, Maria Cristina Padilha (Orgs.). *Guia Remam 2012-2014: conhecendo os acervos e museus da UFRGS*. Porto Alegre, 2014. 40p.

TAINACAN. *Início*, s.d. Disponível em: <https://tainacan.org/>. Acesso em: 22 jul. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. *Histórico*, s.d. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/a-ufrgs/historico>. Acesso em: 9 jun. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. *UFRGS em números*, 201[9?]. n.p. Disponível em: https://www1.ufrgs.br/paineldedados/ufrgs_numeros.html#EnsGrad. Acesso em 9 jun. 2020.

YASSUDA, Sílvia Nathaly. *Documentação museológica: uma reflexão sobre o tratamento descritivo do objeto no Museu Paulista*, 2009. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista. Marília: 2009. 124p.